

Gramsci:

revolução passiva e interpretação do Brasil

Ricardo Rodrigues Alves de Lima

Como citar: LIMA, R. R. A. de. Gramsci: revolução passiva e interpretação do Brasil. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 129-132.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p129-132>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Gramsci: revolução passiva e interpretação do Brasil

Ricardo Rodrigues Alves de Lima*

O presente estudo propõe dar continuidade ao estudo realizado para dissertação de mestrado e que teve como objeto de estudo uma corrente de interpretação sobre o Brasil que se apoiou nos estudos de Gramsci sobre a revolução passiva, além de outros autores da tradição marxista. O objetivo agora é o de indagar se no presente o conceito de revolução passiva ainda permanece como critério de interpretação para o caso brasileiro.

O modo como Gramsci trabalhou com a hipótese de revolução passiva foi bastante claro: para o ator interessado na superação da ordem do capital, cabe assumir a revolução passiva não como um programa, mas como um critério de interpretação. Como ator, Gramsci situava-se como crítico do segundo ciclo de revoluções passivas, o qual ocorre numa nova circunstância, ao menos para o núcleo do Ocidente capitalista, quando já não se tratava mais da construção da ordem do capital sob os escombros do feudalismo, mas de seu aprofundamento e expansão pelas formações sociais de todo o globo.

Diante do conturbado contexto internacional marcado pela guerra imperialista entre 1914-1918, a revolução socialista em 1917 na Rússia e a crise mundial do capitalismo no final dos anos 20, com a tendência à queda na taxa de lucros, a hipótese da revolução passiva liga-se à necessidade de compreender e expor o processo pelo qual a ordem do capital responde a esse contexto por meio de um movimento geral de novas modificações que reiteram em grande medida as soluções conservadoras das revoluções passivas do século XIX, principalmente no caso do fascismo e do nazismo, e influenciam diretamente nas diversas trajetórias nacionais. Daí o fato dessa hipótese ser constantemente confrontada e repensada a partir de suas incidências nas formações nacionais, seja na América, Itália ou Alemanha, a fim de manter a sua característica aberta e evitar que se incorra na proposição de um “esquema sociológico abstrato”.

Duas seriam as respostas capitalistas mais expressivas diante da crise e do socialismo: o fascismo e o americanismo, ambas implicando a “modificação e transformação de uma formação econômico-social, mas não sua superação”. O primeiro, expressivo de um capitalismo tardio como o italiano, uma típica solução “pelo alto”, com ativa participação do Estado e recusa do liberalismo. Diante da pressão dos movimentos sociais e dos partidos ligados às classes subalternas, o Estado recorre ao corporativismo como forma de mantê-las sob controle e de regular as relações capital-trabalho, com alterações em toda a legislação trabalhista. Garantindo assim as condições necessárias para a modernização do modo de produção pela introdução de um novo padrão de organização dos processos de trabalho, como o taylorismo.

* (Mestre em Ciências Sociais pela Unesp de Marília. Professor de Sociologia da UPIS-DF. e-mail: ricardo-ral@ig.com.br)

O sentido do fascismo é, no fundo, o de preparar a sociedade para uma centralidade do mundo da produção, mas, como observava Gramsci, isso não era realizado a partir de uma hegemonia construída a partir desse mundo e da burguesia industrial, mas por cima, pelo Estado e pela reciclagem das instituições e práticas sociais - como a forte coerção aos movimentos políticos e sociais - oriundas da antiga ordem, comprometendo o rompimento com o passado e garantindo a permanência das "sedimentações passivas" e dos grupos parasitários, os quais não estão vinculados ao mundo da produção.

Por outro lado, o americanismo, tendo nos EUA o seu centro difusor, chamava cada vez mais a atenção de Gramsci, precisamente por se apresentar como a solução de continuidade com a ordem do capital mais expressiva e consistente diante de quaisquer possibilidade de catástrofe. Assim como no fascismo, o americanismo também manifesta-se por meio da intervenção no processo de produção, dando forma a uma "economia programática", mas com a diferença fundamental de não realizá-la por meio do corporativismo, pois pressupunha uma hegemonia construída a partir "da fábrica", da produção econômica, não do Estado. Nesse caso, tem-se a necessidade de um Estado liberal "no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como "sociedade civil", através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio".

Gramsci percebe no americanismo um movimento da revolução passiva que ocorre a partir das estruturas e das formas de sociabilidade correspondentes ao mundo da produção, as quais tendem a se difundir pelo conjunto das relações humanas e sociais e das instituições, configurando uma formação social homóloga ao plano das estruturas. Diferentemente da Itália no início dos anos 30 em que a racionalização restringia-se principalmente ao processo produtivo. Daí o fato da discussão do americanismo vir correlacionada à do fordismo/taylorismo.

Assim, leitura que fizemos procurou acompanhar as observações de Franco De Felice e a importância por ele conferida ao ensaio *Americanismo e Fordismo* como um dos pontos-chaves do pensamento gramsciano. Nesse sentido, é muito significativo nesse ensaio o fato de Gramsci procurar identificar o novo perfil da classe operária na reconfiguração do capitalismo por meio de uma nova onda de revolução passiva, mostrando como e em quais circunstâncias se recoloca o ator antagonista à ordem do capital.

Mantendo uma perspectiva identificada a da classe operária, a "classe internacional", e ao projeto socialista, Gramsci inicia por meio dela a narrativa de uma nova fase da era do capital, não de sua queda como sugeriam as leituras catastrofistas da III Internacional, sendo essencial apreender o movimento de recomposição da produção social através do fordismo e do taylorismo e suas implicações nas relações sociais. É nesse processo precisamente que pode estar surgindo "um novo tipo de trabalhador e de homem", ponto de partida para a reproposição de uma sociabilidade comunista.

Ao movimento comunista caberia a interlocução crítica com esse padrão de construção hegemônica perpetrado pelo capital. Assim como para Marx no século XIX a Inglaterra era o ponto privilegiado para se observar e compreender a sociabilidade emergente com o capital, para Gramsci os EUA seriam a referência do século XX. Não por acaso, ele desenvolve a análise sobre a revolução passiva em continuidade com as observações do *Prefácio de 1859*

ao texto *Para a Crítica da Economia Política*, de Karl Marx, não abdicando da economia política enquanto dimensão essencial na estruturação das relações do capital.

Como procuramos sugerir, a revolução passiva tende a ser exposta por Gramsci como um processo internacional, o qual acompanha a expansão do capital desde o século XIX e que tem no americanismo do século XX sua forma mais avançada, mas como uma hipótese de trabalho que deve ser repensada e enriquecida no confronto com as particularidades de cada formação social. Nesse sentido, entendemos que há na sua reflexão uma abertura para a extensão e aprofundamento de suas hipóteses a partir de outras realidades nacionais.

O procedimento metodológico que nos parece mais fecundo para trabalhar com essa categoria é aquele representado pelo que Gramsci chamava de "filologia viva", assim comentado por Giorgio Baratta: "O método da "filologia viva" pressupõe o vaivém do empírico e do individual ao universal e ao total, e vice-versa - sem nunca fechar o círculo ou chegar a uma conclusão definitiva ou definidora -, e isso como idéia-guia na ciência e na política, na teoria e na prática, nas dimensões da pesquisa abstrata e da análise concreta". Precisamente o que uma determinante corrente de intelectuais marxistas procurou realizar na interpretação sobre o Brasil durante a vigência do regime militar (1964-1984) no Brasil.

Nos anos 70, dando continuidade ao primeiro influxo significativo da obra de Gramsci no Brasil, o autor foi utilizado por intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro num duplo movimento: interpretar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e elaborar uma estratégia de confrontação ao regime militar. Nesse projeto, o conceito de revolução passiva assumiu posição chave como "critério de interpretação", à medida que favorecia a percepção e explicação de como a revolução burguesa realizava-se pela constante incorporação e cooptação dos setores mais ativos e combativos das classes subalternas. Como critério de interpretação, serviu para colocar em questão a visão "oriental" do Brasil que prevalecia em vários segmentos da esquerda brasileira. Como plano para ação, atualizou e redefiniu a estratégia delineada na famosa Declaração de Março de 1958 (PCB), valorizando a democracia como meio de luta e fim a ser alcançado pela esquerda brasileira.

Três décadas após a realização desses estudos pioneiros inspirados na obra de Gramsci, o cenário é bastante diferente, seja no plano nacional ou internacional. O contexto das revoluções passivas interpretado por Gramsci era marcado pela ascensão do fascismo e do americanismo, formas distintas de implantação e realização do taylorismo-fordismo. Os gramscianos brasileiros nos anos 70 eram contemporâneos de seu inspirador, à medida que se situavam ainda no contexto histórico de vigência do taylorismo-fordismo, embora esse entrasse em declínio. A classe operária brasileira que servia de base às reflexões dos gramscianos brasileiros nos anos 70 tinha um perfil fordista. No entanto, como já apontaram diversos pesquisadores, atualmente, o modo de produção capitalista não é exercido nas mesmas bases materiais em que fora exercido entre as décadas de 30 e 80 do século XX, apresentando formas muito diversificadas de controle sobre o trabalho (como o toyotismo) e de reprodução do capital. A expressão política dessas mudanças seriam as políticas neoliberais. No plano nacional, além das transformações em sua economia acompanharem as tendências internacionais, o país estaria em situação política distinta daquela dos anos 70, sob a vigência agora de um Estado de Direito Democrático, embora sob constante ataque dos grupos identificados ao projeto neoliberal de desenvolvimento capitalista desde os anos 90.

Diante disso, temos a indagação central deste estudo: dada as modificações apontadas, o conceito de revolução passiva teria esvaziado o seu sentido, não servindo mais como “critério de interpretação” para o caso brasileiro?

Como primeiro passo no desvendamento dessa questão, será realizado um diálogo com o pensamento de autores como Giorgio Barata, o qual menciona a “persistente vitalidade do americanismo”, “espécie de revolução passiva permanente”.